

2º vice-presidente da APMP assume administração interinamente

Enquanto parte da diretoria participa de um torneio no Rio de Janeiro, o 2º vice-presidente da Associação Paraibana do Ministério Público, Kepler Maranhão, assume a presidência interinamente. Ele vai ficar a frente da APMP dois dias: quarta-feira (13) e quinta-feira (14). O promotor aposentado falou sobre a relação da associação e a Procuradoria-Geral de Justiça e também das conquistas da nova diretoria.

“Esta é uma administração muito participativa, principalmente por causa do entrosamento com a PGJ. É fundamental que uma associação, tenha uma relação tão próxima com a instituição, isso só traz benefícios à classe. Outro aspecto, é o poder de comunicação com a velha guarda do MP, uma vez que atende bem a todos e busca solucionar os problemas”, afirmou o presidente interino.

Maranhão também falou sobre algumas conquistas da nova diretoria, entre elas, destacou a paridade no pagamento de servidores ativos e inativos. Ele disse que até 2003, os aposentados eram os primeiros a receberem seus salários, mas nos últimos dez anos foi diferente.

De acordo com o membro, vários presidentes da APMP vinham lutando há algum tempo. “Já passei 16 dias esperando receber e vi muitos companheiros com o mesmo problema. Recentemente fiquei surpreso, quando fui tirar o extrato da minha conta e o pagamento já estava depositado, soube então, que nós estávamos recebendo no mesmo dia. Isto me deu uma grande satisfação, já não está mais havendo discriminação”, ressaltou.

O presidente interino ainda ressaltou a união entre o MP paraibano e a Associação, que tem conseguido grandes conquistas através de diálogos. Também salientou que esta vem sendo uma administração transparente.



SOB NOVO COMANDO

O promotor aposentado, Kepler Maranhão, assumiu a presidência da APMP interinamente

Giro

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - Com a finalidade de avaliar o grau de insegurança e, ao mesmo tempo, encontrar solução para os problemas eventualmente apresentados, o Ministério Público da Paraíba promoverá nos dias 22, 25 e 29 de novembro, audiências públicas nas Câmaras de Vereadores dos municípios de Massaranduba, Lagoa Seca e Boa Vista, respectivamente. Essas localidades fazem parte, juntamente com Campina Grande, da 10ª Área Integrada de Segurança pública, cujo gestor é o promotor de Justiça Osvaldo Lopes Barbosa. As audiências públicas acontecerão sempre no horário da manhã.

REALOCAÇÃO - A Promotoria de Justiça de Sousa será realocada provisoriamente para outro prédio. A decisão foi tomada, após o procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora, constatar in loco, junto com o Setor de Engenharia e Ar-

quitetura do Ministério Público da Paraíba, as atuais condições da edificação. A promotoria será realocada provisoriamente até que se conclua as obras de reforma da sede. O imóvel locado está situado na Rua José Francisco Vieira de Figueiredo, nº 35, Bairro da Areia, onde será instalada provisoriamente a Promotoria de Sousa.

PADRONIZAR ATRIBUIÇÕES - A Corregedoria-Geral do MPPB e os Caops realizaram, na semana passada, uma reunião de estudos com o objetivo de fixar enunciados para orientar os promotores de Justiça em casos em que há dúvidas sobre as atribuições. Segundo o corregedor-geral, procurador Alcides Jansen, foram elaborados mais de 10 enunciados ao final da reunião. O corregedor explicou que os enunciados são conclusões a respeito de determinadas matéria e servem como padronização das atribuições.

PROTEÇÃO BALÍSTICA PESSOAL

PL pretende isentar membros do MP e Magistratura na aquisição de equipamentos

Com o objetivo de assegurar a isenção de impostos para proteção balística pessoal e para veículos de promotores de Justiça e magistrados, foi apresentado à Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) 6.695/2013, pela deputada Nilda Gondim (PMDB-PB). A justificativa para o projeto é a preocupação com a falta de segurança, precariedade das condições de trabalho de juízes, promotores e policiais. Além disso, considera-se também a necessidade do reforço na segurança pessoal destes agentes públicos.

De acordo com o PL “ficam isentos de tributos os membros dos órgãos e instituições previstos no artigo 144 da Constituição da República”. A isenção abrange impostos de importação; produtos industrializados; circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e sobre serviços de qualquer natureza (ISS), assegurando-se as regras de não cumulatividade de créditos.

Para quem adquirir proteção balística para o veículo, por



BLINDADO

Projeto vê a necessidade do reforço na segurança pessoal dos agentes públicos, como promotores

exemplo, não poderá aliená-lo pelo prazo de dois anos a contar da data de aquisição, a não ser que haja algum acidente ou atentado contra o transporte. Os coletes balísticos também são inalienáveis, devendo ser descartados, depois de decorrido o seu prazo de validade, conforme a legislação. Caso contrário, o infrator deverá pagar o imposto, proporcionalmente calculado, acrescido de multa

e juros previstos na legislação tributária.

A isenção só pode ser admitida depois de transcorrido um prazo de dois anos da primeira aquisição, a não ser que o veículo, antes deste prazo, não tenha utilidade. O PL está aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados na Seção de Registro e Controle de Análise da Proposição/SGM (SECAP/SGM).

Mais duas proposições sobre investigação criminal são apresentadas

Outras duas proposições foram apresentadas, na Câmara dos Deputados, sobre a investigação criminal. O Projeto de Lei (PL) 5.576/13, de autoria da deputada Marina Santanna (PT-GO), que trata do mesmo assunto, já tramita na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A primeira proposição é o PL 6.705/13, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que altera a Lei 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), para permitir ao investigado o direito de apresentar suas razões e requerer diligências, assistido por advogado. Este projeto foi

apresentado a pedido da OAB. A matéria aguarda despacho do presidente da Câmara, o deputado Henrique Alves (PMDB-RN), na Seção de Registro e Controle de Análise da Proposição, para posterior distribuição às comissões competentes.

A segunda matéria é a Sugestão (SUG) 82/13, de autoria do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal (Sindipol/DF), sugerindo que a Comissão de Legislação Participativa (CLP) apresente emenda substitutiva ao PL 5.576/13. A matéria já está na CLP onde aguarda parecer do relator, deputado Celso Jacob (PMDB-RJ).